

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço, sr. presidente, cumprimento todos os srs. deputados, a deputada Angela Albino, todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, também todos os visitantes que estão no plenário. Primeiramente, quero, sr. presidente, dizer que no último sábado, o Partido dos Trabalhadores, nosso partido, teve a sua pré-convenção, a estatutária inclusive, no município de São José, na Grande Florianópolis.

Foi um grande evento festivo onde comemoramos e debatemos as questões da conjuntura, das grandes conquistas que o partido fez durante esses 34 anos, a contribuição que vem realizando para o nosso país, as realizações que estamos fazendo para Santa Catarina com a busca de investimentos, de políticas públicas, de infraestrutura para o estado.

Debatemos sobre a estratégia que devemos adotar no momento; discutimos políticas e definimos alianças; elaboramos e aprovamos as diretrizes que vão ser conduzidas através do nosso debate do plano de governo, com o envolvimento da sociedade catarinense, com os nossos filiados e com as nossas lideranças. Por fim, indicamos as nossas pré-candidaturas ao governo do estado e a majoritária ao senado, e também as candidaturas proporcionais, que são os deputados estaduais e federais.

Foi um grande encontro que definiu a nossa pré-candidatura ao governo estadual, do nosso grande líder Cláudio Vignatti e as nossas três pré-candidaturas ao senado com: Ideli Salvatti, Décio Lima e o deputado estadual Jailson Lima.

Foi um evento que contou com a participação de mais de 1.500 mil lideranças do estado todo, com debates desde as 9h30 até as 16h, em que toda a nossa militância participou dessa grande discussão que foi, sem dúvida nenhuma, um dos maiores encontros que o nosso partido já realizou em termos de participação de público, mas também em relação ao debate político que é de grande responsabilidade para as eleições deste ano, tanto no debate nacional, com a pré-candidatura da nossa companheira Dilma, quanto aqui no estado, com as eleições estaduais e com a candidatura inclusive à disposição da sociedade catarinense.

Quero falar hoje sobre um tema que estamos acompanhando de perto nos últimos dias e discutimos na semana passada, que é sobre a situação no município de Xanxerê, pois, felizmente, estamos dando um passo significativo na retomada da obra da rodovia 282.

Srs. deputados, não posso deixar de falar em nome da nossa bancada e do nosso partido sobre os grandes gargalos e as obras enroladas aqui no nosso estado. Tivemos aqui talvez um dos maiores investimentos desses últimos anos nas obras de restauração da Ponte Hercílio Luz. Falo em últimos anos, mas na realidade já se passaram 30 anos, em 1982 esta ponte foi interditada e depois reabriu por um período, então são 34 anos de ponte fechada.

A ponte continua consumindo muito dinheiro público dos catarinenses nestes anos todos. E segundo o Tribunal de Contas do Estado entre 2002 e 2013 foram R\$ 113 milhões. O atual governador Raimundo Colombo fez mais um empréstimo junto ao BNDES no valor aproximado de R\$ 150 milhões para investir na ponte. Havia uma expectativa, um pedido junto ao governo federal de buscar mais cerca de R\$ 64 milhões, através da lei de incentivo à cultura e até agora rendeu em torno de R\$ 2 milhões, dinheiro público que as empresas deixam de arrecadar para a União e acabam investindo aqui. Cerca de R\$ 1 milhão foi a Casam e a Celesc que investiram, portanto, a metade do que o governo arrecadou. Temos esta lamentável situação da nossa Ponte Hercílio Luz, a ponte dos catarinenses.

Agora, o que não se justifica são tanto anos, tanta enrolação e o governador inclusive assumiu na campanha que em seu primeiro mandato que gostaria de terminar a ponte e reabri-la para os catarinenses. O que nós vemos mais uma vez é a prorrogação dos prazos sabe-se lá até quando.

O que me chama atenção, fazendo alguns cálculos rápidos, é que teremos uma ponte no sul do estado, em Laguna, que chega perto de 3km e com previsão de gasto de R\$ 600 milhões, enquanto que a Ponte Hercílio Luz que possui 1km, e não vamos ter uma ponte nova, mas reformada. Conforme dados do Tribunal de Contas já foi investido, apenas de 2002 para cá, R\$ 113 milhões, mais o que se viabilizou em contribuições de empresas e mais os R\$ 150 milhões chegamos próximo dos R\$ 300 milhões, portanto, a metade do investimento da

ponte no sul do estado, sendo que esta tem apenas a terça parte daquela do sul.

Está sendo investido dinheiro e mais dinheiro deputado Sargento Amauri Soares. Ouvi seu pronunciamento na semana passada e eu não tenho dúvidas com todos estes dados e informações e este enrola e enrola, v.exa propôs inclusive discutir a possibilidade de abrir uma CPI sobre isso e eu não tenho dúvidas de que vou assinar esta CPI, sim! Estarei junto com v.exa, pois não se justifica mais uma vez empurrar estes prazos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizar v.exa. pelo conjunto da manifestação e especificamente por esta.

Nós temos a partir deste debate outras notícias e inclusive informações que estão chegando que dão conta de mais e mais coisas envolvendo esta história longínqua de tentativa de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Evidentemente é preciso recuperá-la, mas ela tem sido a galinha dos ovos de ouro para interesses que precisamos saber exatamente quais. Dinheiro, dinheiro e mais dinheiro e cada vez fica mais presente a notícia de que a ponte pode cair. Chegaremos à conclusão que poderíamos ter feito outra exatamente igual e com peças banhadas a ouro, de tanto recurso que se gasta nesta ponte e nada.

Por isso, agradeço a manifestação de v.exa., e a predisposição de debatermos a criação de uma CPI para investigarmos este assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nobre deputado, agradeço o aparte de v.exa. e quero incluí-lo nesta minha manifestação de hoje.

Acompanhei hoje pela manhã o pronunciamento, no programa Bom Dia Santa Catarina, da RBS, do secretário Valdir Cobalchini sobre outra situação na rodovia SC-403, que inicia na rodovia SC-401 até o bairro Ingleses. E por incrível que pareça, deputado Sargento Amauri Soares, é a mesma

empresa, a Espaço Aberto, que está com aquela situação da estrada do aeroporto onde colocaram inclusive uma placa de justificativa dizendo que precisa deixar assentar a estrutura por um tempo, mas há uma parte da estrutura que nem começou o processo. Então, como vai deixar assentar a pedra no mangue se uma parte não está concluída? Esta empresa está enrolando!

Isso não acontece apenas aqui, aconteceu no Tribunal de Contas, deputado Jailson Lima, e v. exa levantou aqui esse assunto por muitas vezes, ou seja, quantos aditivos aconteceram no Tribunal de Contas? E no prédio dos Correios! Este Parlamento precisa estar de olhos abertos sobre o que acontece com as obras públicas em Santa Catarina e com esta empresa que não cumpre os contratos e está muito claro, em várias obras.

Estamos falando em nome do povo catarinense que nos trás estas informações e reclama, pois o que está em jogo é o dinheiro dos catarinenses, e principalmente, quando a sociedade do oeste nos cobra, deputado Maurício Eskudlark, investimentos naquela região, está aqui uma ponte que vem recebendo investimentos durante muitos anos e a obra nunca termina, continua recebendo investimentos, que fazem falta em outras áreas do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado deputado Dirceu Dresch! Ainda dentro do horário destinados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até quatorze minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas como o tempo está sobejando, sr. presidente, vou dividi-lo com o deputado Mauricio Eskudlark nesta manhã.

Gostaria de ressaltar o roteiro que fizemos este final de semana no sul do estado na condição de presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas. Estivemos presente no Fórum Catarinense

de Comunidades Terapêuticas que reuniu mais de 60 comunidades, e quero parabenizar os organizadores.

Visitamos, deputado Valmir Comin, algumas comunidades como Treviso, que v.exa. conhece muito bem, e em especial, Balneário Rincão, onde temos uma das poucas comunidades femininas no estado de Santa Catarina. Foi muito interessante para nós que estamos há mais de 20 anos envolvidos nesta batalha de combate e prevenção às drogas. Confesso, deputado Kennedy Nunes, que fiquei emocionado quando, cheguei domingo pela manhã numa casa com capacidade para 25 mulheres, que estava lotada, algumas mulheres estavam com crianças, contudo, o que me chamou atenção foi que, após visitar a casa, aliás, muito bem equipada, asseada, com um toque feminino, que somente as mulheres sabem dar, fui até a secretaria da comunidade terapêutica e a diretora me mostrou uma lista e eu fiquei surpreso e chocado, deputado Jailson Lima, pois havia mais de cem mulheres na lista de espera para se internar lá. Boa parte delas do sul do estado, mas também de outras regiões. É uma lista de cem mulheres dependentes de *crack* que precisam de internamento. Infelizmente, a casa já estava lotada. Daí a nossa caminhada para fazer com que o Programa Reviver se estenda, se expanda, atendendo também a ala feminina nesse grande desafio.

Eu fiquei também otimista nessa caminhada.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Ismael dos Santos, primeiramente quero parabenizar v.exa. pelo trabalho que desenvolve frente a essa luta no combate às drogas, perfazendo todo o estado de Santa Catarina com as suas visitas rotineiras.

Em segundo lugar, quero ressaltar aqui o trabalho que vem sendo desenvolvido pela comunidade terapêutica feminina no município de Içara, que tive o privilégio de conhecer, de poder visitar todo aquele ambiente.

Realmente há uma fila represada cada vez mais crescente de mulheres que procuram esse tipo de

amparo e que estão, inclusive, passando uma dificuldade muito grande porque pagam o aluguel. E o proprietário agora está dando um prazo determinado para que deixem esse local, com a opção de compra. Estamos inclusive fazendo uma tratativa junto com o prefeito de Içara, com a Associação Comercial e Industrial daquele município, que se engajou nesse processo, e também com o governo, para ver qual a possibilidade de montarmos um arranjo para sedimentar essa situação e dar segurança a esse trabalho que vem sendo desenvolvido com muita propriedade no sul, mais especificamente no município de Içara.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Agradeço, deputado Valmir Comin, por pautar também a sua agenda nessa perspectiva. E a comunidade terapêutica feminina citada já está no Programa Reviver e está credenciada para o financiamento de até dez vagas, portanto, apta a receber R\$ 10 mil por mês para manter a equipe técnica e a manutenção da casa.

Mas quero aqui também parabenizar, deputado Maurício Eskudlark, o governo do estado e a Polícia Civil que na semana passada deram início às atividades da Delegacia de Combate às Drogas, inaugurada na capital, mas que vai ter uma abrangência estadual. Inclusive quero ressaltar aqui a opinião da RBS, no jornal *Diário Catarinense*, quando fala sobre o combate ao tráfico em Santa Catarina, que destacou a importância da inauguração dessa delegacia colocando que o povo catarinense passa a ter agora um trabalho vigoroso da instituição pública no combate ao tráfico de entorpecentes, essa atividade legal que acaba criando toda uma rede de criminalidade, em que a cada dez crimes sete envolvem o narcotráfico, pelo menos no estado de Santa Catarina.

E essa delegacia, como disse, com abrangência estadual, que foi inaugurada na última semana na capital, busca exatamente surpreender aqueles que de uma forma ou de outra tentam entrar no comércio, ou seja, os traficantes, fazendo um trabalho de repressão capaz de impedir a

distribuição da remessa de drogas ao consumidor final. Uma estratégia acertada, talvez atrasada, diante da problemática que Santa Catarina enfrenta, um problema de graves dimensões, inclusive sob o aspecto social, que dá também um recado àqueles que querem se envolver nessas atividades criminosas.

É bom lembrar que a história recente do nosso país tem registrado omissões da parte do estado em vários espaços geográficos, e aí temos o exemplo maior dos morros do Rio de Janeiro, e não é diferente no estado de Santa Catarina, onde há um domínio da marginalidade exatamente por causa das drogas e a população acaba refém dessa questão.

O editorial da RBS destaca, e quero aqui transcrever as palavras, que Santa Catarina sabe que além de coibir a comercialização da maconha, da cocaína, enfim, tem o dever de casa de continuar monitorando as rotas de drogas sintéticas. A apreensão recorde de 100.000 comprimidos de *ecstasy*, em setembro, na capital trouxe à tona o *modus operandi*, antes desconhecido, e colocou o estado nessa rota internacional.

Não temos dúvidas de que Santa Catarina deixou de ser apenas uma rota, passando a ser consumidora. Infelizmente, nós conquistamos, no ano passado, deputado Kennedy Nunes, o trágico título do primeiro estado no *ranking* do país na produção de drogas sintéticas. É mais um desafio que temos pela frente.

O editorial concluiu que não se pode esquecer também da necessidade de um foco preventivo. E nós elegemos, na comissão, 2014 como ano da prevenção e tem que ser feito todo esse trabalho paralelo e essencial para diminuir o tamanho das organizações criminosas. Inclusive na próxima reunião da comissão estará presente o Proerd para dar o seu relatório para afinarmos, sintonizarmos ainda mais as políticas de prevenção no estado de Santa Catarina.

Eu cedo os minutos finais ao deputado Maurício Eskudlark, para que possa também fazer o seu pronunciamento nesta manhã.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, com relação a este registro do colega deputado Ismael dos Santos sobre o combate às drogas em Santa Catarina, quero informar que temos uma delegacia de repressão a entorpecentes na Deic comandada pelo delegado Cláudio Monteiro, que faz um excelente trabalho nos organismos de combate ao tráfico de drogas deste país com melhores resultados, com um grupo de policiais empenhados.

E essa luta é inglória porque a polícia prende e em pouco tempo essa criminalidade volta para as ruas. Como disse aqui na semana passada, tem que se fazer cadeia para retirar o preso perigoso, o marginal do meio social, para que deixe de ser um problema à sociedade.

Essa utopia de querer recuperar todo mundo em curto espaço de tempo não acontece. Então, temos que proteger a sociedade tirando do meio essa criminalidade.

Eu, quando ainda estava na chefia da Polícia Civil, recebia os relatórios sobre a atuação das organizações criminosas, função que o pessoal da Inteligência fazia, e já me preocupava muito o caminho que estávamos enfrentando com relação à criminalidade, ainda mais quando os bandidos começam a se reunir, a formar quadrilhas, verdadeiros exércitos, como tem ocorrido nos presídios deste país, aterrorizando a população.

Eu queria fazer o registro, solidarizar-me com o deputado e me incorporar ao pronunciamento do deputado Ismael dos Santos a respeito da delegacia de combate às drogas.

Na semana passada, foi realizada uma operação policial no município de Piçarras e na troca de tiros entre marginais e policiais cinco marginais acabaram morrendo. E a região de Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes é uma das regiões que mais enfrenta a questão do roubo, da invasão de

residência, que mantém famílias sob ameaça, sob pressão, com agressões, com tortura, e as Polícias Civil e Militar da região, que têm trabalhado juntas, têm conseguido resultados, têm efetuado muitas prisões. Havia um tal de Maranhão naquela região, deputado Antônio Aguiar, com 29 processos e que estava na rua.

Então, a aplicação da lei, da Justiça, é muito lenta. Se a polícia não funcionasse, os presídios não estavam cheios, porque para alguém ir para o presídio tem que ser preso, investigado, tem que haver um processo, etc. Mas há casos como o desse cidadão que com 29 processos em andamento, ainda está na rua.

Então é difícil fazer segurança pública. Não adianta colocar dez mil policiais na rua, se é para prender e depois soltar o marginal.

Quero parabenizar aquela equipe de policiais civis e militares pela pronta ação. Eles receberam a informação de que essa quadrilha que rouba residências, iria agir em determinado bairro. Então, montaram uma campana, um dos marginais veio de moto e ao perceber a presença dos policiais empreendeu fuga. Os demais marginais que estavam num veículo que vinha atrás, ao tentar fugir, colidiram com uma viatura policial. Desceram do veículo atirando e os cinco marginais acabaram sendo mortos.

Eu quero parabenizar o delegado Farah, de Piçarras, que também atende o município de Penha, o Alan, que é o delegado responsável pela delegacia do município de Penha, enfim, aquela equipe, pela pronta ação, pelo cuidado, pelos vários dias que ficaram fazendo campana naquele bairro, no intuito de proteger as famílias.

Não foi naquele dia específico, era um trabalho de tempo. Infelizmente, precisaram agir com energia ante a resistência e a agressão dos marginais. Precisaram agir com rigor, disso resultaram cinco marginais mortos, todos na faixa de 17 a 29 anos, com passagem pela delegacia. Com certeza, agora com as fotografias, foram identificados como autores de muitos daqueles crimes violentos ocorridos contra empresários,

cidadãos, famílias do município de Penha, Piçarras, Barra Velha e Navegantes.

Então, registro os parabéns aos nossos policiais civis e militares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, povo catarinense.

Na verdade, sobre o tema drogados, aqui relatado pelos deputados Ismael dos Santos e Maurício Eskudlark, nosso conterrâneo, com satisfação temos que endossar as palavras dos nobres deputados.

Gostaria de dizer que, em relação aos drogados, para combater essa situação que enfrenta a nossa sociedade temos que ter um planejamento estratégico que inicia na educação. É através da educação que podemos aumentar a prevenção, as medidas preventivas ao uso das drogas, que devem ser trabalhadas envolvendo os professores dentro das salas de aulas, a comunidade, todos os estabelecimentos de ensino privados, particulares, estaduais e federais, que deverão, sim, trabalhar com a prevenção, da mesma maneira como se trabalhou os assuntos relacionados ao meio ambiente em nível nacional.

O meio ambiente está bem protegido no Brasil porque temos a legislação mais rigorosa do mundo nesta matéria. E falando dos drogados, esta prevenção também deve ser feita através da educação nas escolas e nos estabelecimentos afins.

Mas também temos a repressão e a fiscalização são feitas pela polícia, que está aí para prender os traficantes, agindo com firmeza e rigor em casos em que sejam pegos em flagrante. Também a nossa polícia estadual, que faz a parte da Inteligência, que acompanha o trajeto das drogas

no estado. Temos certeza de que vão aparecer muito mais apreensões.

Por último, temos a área da Saúde, que deve fazer a reinserção deste drogado na sociedade. Entram aí, deputado Ismael dos Santos, as associações que cuidam dos drogados.

Muito importante a ação do governo Raimundo Colombo e Pinho Moreira em relação aos drogados. Os 40 deputados aprovaram uma importante lei, através de comissão específica, que faz com que todas essas associações recebam mensalmente uma diária de aproximadamente R\$ 33,00, fazendo com que, dependendo do número de dias que o drogado fica internado, recebem pelo serviço prestado.

É um avanço enquanto não se faz uma ação mais concreta, como a construção de Centros de Recuperação dos Drogados nas maiores metrópoles, nas maiores cidades, para que essas fundações tenham o aval e o controle do governo.

E eu, como deputado estadual, também apresentei à Assembleia Legislativa e está tramitando sobre a internação compulsória em casos especiais, que necessita passar por uma equipe multidisciplinar, pelo juiz, médico, enfermeira e psicólogo.

Então, tudo isso são ações que estão sendo desenvolvidas a favor dos drogados e que realmente fazem a diferença no estado de Santa Catarina. Acho que nós crescemos em nível de prevenção às drogas, em nível de repressão, e também em nível de buscar a saúde dos nossos pacientes drogados.

Mas também gostaria de me reportar hoje a Casan, presidente Dalírio Beber. V.Exa. que faz campanha para Aécio Neves, o que está acontecendo com o dinheiro da Casan que não sobe a serra?

O município de Canoinhas não tem um metro de esgoto, já foram assinados convênios de R\$ 20 milhões no ano passado e a Casan não faz a licitação para o início das obras, está atrasando.

Isso é falta de competência, presidente Dalírio Beber! A Casan já foi denunciada pela Prefeitura Municipal de Canoinhas para a agência reguladora, pois não está olhando para o planalto norte.

Espero que depois desse pronunciamento a Casan tome as medidas necessárias para que a licitação do esgoto do município de Canoinhas seja feita rapidamente. Faz dois anos que apresentam um convênio e não se coloca um centavo.

Ora, sr. presidente Dalírio Beber, a Casan até dividendos andou ganhando no final do ano, então não teve prejuízo, teve lucro. Para dar dividendos tem que ter lucro e se tem lucro, pode investir no planalto norte.

Faço aqui este veemente apelo à Casan, ao presidente Dalírio Beber, para que a licitação do município de Canoinhas seja feita o mais breve possível.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Antônio Aguiar.

Mande um abraço para o povo de Canoinhas e diga ao prefeito que se a Casan estiver assim, municipalize a água. É a melhor saída!

Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos. O nobre deputado é morador de Criciúma, aquela terra bonita que produz muito carvão e onde nasceu o Pedro.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, Pedro, por excelência, né? Aliás, todo homem que cruza os 50, 52 anos deve ter ou adotar um filho, porque é outro estágio da vida pela experiência que adquirimos. Evidentemente que o amor aos filhos é incondicional a todos, mas o método de criação é totalmente diferente. Nunca ia imaginar que nascendo lá na roça, no interior do meu município, podia-se um dia falar com uma criança ainda na barriga? Realmente é uma dádiva, uma benção que Deus me concedeu.

Sr. presidente, ouvia atentamente as palavras do deputado Ismael dos Santos, e o parabenizo pelo brilhante trabalho que faz nesta luta de prevenção de combate às drogas. Colocava o deputado sobre a sua visita ao município de Içara, numa comunidade

terapêutica essencialmente feminina, que teve o privilégio também de conhecer e que atravessa sérias dificuldades, apesar de estar inserida no Programa Reviver, do governo federal, encabeçado pelo Parlamento com a secretaria de Ação Social do estado de Santa Catarina, para onde garantiram dez vagas, mas não é suficiente para suprir a demanda reprimida que temos.

Há uma lista com mais de 100 mulheres esperando uma oportunidade de serem atendidas mesmo porque o grau de reincidência é mínimo, quase zero, das pessoas que passam por esse trabalho. É um trabalho de excelência por pessoas abnegadas, com o espírito de voluntariado sem precedentes e que estão à mercê de ser despejada nos próximos meses por consequência do proprietário exigir a desocupação do imóvel, dando preferência de compra à entidade.

Estamos desenvolvendo um trabalho em parceria com o município de Içara, junto com a Associação Comercial e Industrial, em contato também com a secretaria de estado de Assistência Social para buscar nesse período um arranjo que possa dar segurança jurídica e, conseqüentemente, resolver esse problema de vez, e quiçá possamos ampliar todo aquele trabalho que vem sendo desenvolvido por aquela comunidade.

O projeto que propõe ações efetivas no combate a esse tipo de trabalho precisa ser cada vez mais apreciado, enaltecido e respaldado pelo ente público quer municipal, estadual ou federal no sentido de preparar para a inserção profissional aqueles jovens que deixarão os abrigos. Esta é a proposta do projeto Inclusão Profissional Pós-Abrigo, que apresento nesta Casa, já foi protocolado e está tramitando nas comissões temáticas.

A intenção é capacitar profissionalmente os adolescentes na saída obrigatória das instituições que, sem preparo, ficam à mercê de situações de risco, incertas, que poderão comprometer suas vidas com conseqüências danosas também para o conjunto da sociedade.

Sabemos que um dos maiores desafios que a sociedade enfrenta é o de preparar e estruturar em

todos os aspectos crianças e adolescentes que deixam os abrigos. Trata-se de uma tarefa que exige muito dos educadores e responsáveis da área social, além de formar e dotar as crianças e adolescentes de informações que vão torná-los cidadãos e cidadãs que é fundamental para que possam desenvolver-se plenamente sob os aspectos emocionais e psicológicos, possibilitando serem pessoas na sua integralidade.

Em sua grande maioria, as crianças e os adolescentes provêm de famílias desestruturadas, fazendo com que esse trabalho de inserção social implique em verdadeira tarefa de superação.

O projeto propõe ações efetivas e, ao mesmo tempo, pretende juntar-se a outras iniciativas que foram ou estão sendo, adotadas por diversas instituições, como o Projeto Novos Caminhos, criado de forma conjunta pela Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC -, a Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc - e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Este projeto prevê a oferta de cursos destinados a abrir as portas ao mundo do trabalho, e integra, por sua vez, o movimento A Indústria pela Educação, lançado em 2012, pela federação para estimular o setor industrial e promover o acesso ao ensino com a ampliação da oferta de serviços educacionais.

Conforme estimativa da Associação dos Magistrados Catarinenses nos próximos anos, cerca de 600 jovens, ao atingirem a maioridade, deixarão os abrigos no estado por força de lei, seja qual for a sua condição emocional, financeira ou psicológica, e temos que fazer alguma coisa para colocá-los no caminho certo. Essa é a nossa obrigação.

É realmente uma reflexão que precisa ser exercitada com relação à nossa legislação, porque afinal de contas estes jovens e adolescentes ao completarem 18 anos simplesmente ficarão desassistidos do acompanhamento psicopedagógico, psicológico, do atendimento assistencial do estado, e serão inseridos no mercado de trabalho, tornando-se reincidentes em sua conduta, trazendo

sérios problemas para a sociedade que, aliás, é um problema de nós todos, e não podemos virar as costas para esse tipo de segmento.

Por isso, vejo com muita expectativa o trabalho feito por essas entidades juntamente como esse que estamos apresentando, que vem ao encontro de êxitos na busca de caminhos que possam suprir essa demanda reprimida, sr. presidente, que temos na sociedade. Vejam que nos próximos meses ou anos teremos, segundo a estimativa, 600 jovens jogados ao relento e, certamente, a maioria deles contra a própria sociedade.

Por isso, devemos encarar com muita propriedade, com muita seriedade e, acima de tudo, com muita responsabilidade esse assunto.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário destinados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSDB.

Com a palavra o nobre deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero iniciar cumprimentando o Paulão, presidente da Associação dos Moradores do bairro Ilhota, em Itapema.

Vejo aqui o deputado Dado Cherem que, no sábado, ele, o prefeito, vários vereadores, o vereador Tiãozinho e a comunidade inteira do bairro Ilhota de Itapema estiveram na inauguração de uma sede social daquela comunidade.

E na manhã de hoje ouvi o discurso do deputado Ismael dos Santos, sobre a sua preocupação que é também a de todos nós, deputados. Isso é tão evidente que os deputados que o seguiram em seus pronunciamentos fizeram comentários positivos, demonstrando que cada um se preocupa, como eu também, com a questão do uso de drogas por adolescentes, principalmente, o que vem perturbar, estragar a família. E todos buscam a alternativa da cura. A sociedade está doente e precisamos de um grande mutirão para resolver isso.

O que vi no sábado me impressionou. A diretoria de uma associação comunitária, de um bairro cercado por morros, bem isolado, com mais de quatro mil habitantes e cerca de mil crianças e adolescentes possui uma área comum de aproximadamente 35.000m², e o prefeito, juntamente com o deputado Dado Chorem, com este deputado e outras lideranças políticas estão buscando alternativas para construir uma quadra de esportes, porque o campo de futebol já tem. O governador Raimundo Colombo liberou recursos para a construção de uma bela sede para a realização de reuniões das pessoas da terceira idade, das mulheres, para festas de comunhão, batizado, etc. Enfim, a comunidade vai usufruir daquela área para a promoção do bom convívio social.

Então, temos certeza de que, se a prefeitura de Itapema tiver apoio do governo federal para contratar dois ou três profissionais, como, por exemplo, um professor de Educação Física para entreter as crianças daquele bairro no contraturno escolar, para que eles não fiquem vendo TV ou brincando na rua sem nenhuma orientação. Essas crianças estariam lá na associação sendo orientadas por um profissional para a complementação da educação que recebem em casa.

Essa é uma das maneiras para combater o grande mal da sociedade, as drogas, que é decorrente do abandono das crianças em casa, pois os pais por uma questão social deixam seus filhos em casa para trabalhar. Por isso, o governo precisa entrar com esse apoio. E na inauguração do bairro de Ilhota, vi que essa seria uma alternativa boa para resolver parte da questão do combate às drogas.

Imaginem se em cada comunidade com quatro ou cinco mil pessoas tivéssemos uma estrutura com sede social, ginásio coberto, campo aberto de futebol! Com certeza as crianças em 20 ou 30 anos seriam diferentes, pelo acompanhamento que poderiam receber.

Hoje nas cidades não existe uma estrutura centralizada para abrigar e envolver essas crianças. Precisamos rever o modelo atual e dar apoio às prefeituras, através do ministério das

Cidades, no sentido de encontrar uma alternativa para equipar as comunidades com esse instrumento social e dar apoio às crianças e adolescentes.

Por isso, quero cumprimentar o vereador Tiãozinho, o prefeito Bolinha e outros vereadores que organizaram aquele encontro das pessoas, chamando toda a comunidade a zelar e dar um bom sentido àquela obra.

Gostaria também de dizer que o PSDB está num momento muito importante da sua organização, buscando candidatos a vereadores que venham a se somar ao partido. O PSDB tem uma história bonita. O Brasil todo pode se orgulhar do governo Fernando Henrique da Silveira, que foi do PSDB. Relembrando o que ele fez e vendo o Brasil atualmente, vemos que precisamos agir. Sempre existe o que fazer com que a sociedade tenha uma qualidade de vida melhor.

Por isso, chamo atenção de todos os presidentes do PSDB dos municípios para a importância de organizar, juntamente com o PSDB estadual, com o presidente Paulo Bauer, o partido nos municípios para que a sociedade em outubro possa receber melhores informações sobre os candidatos a deputado federal e estadual, também sobre o candidato a presidente da República, Aécio Neves, que, com certeza, trará grande esperança para o povo brasileiro. Mas o partido precisa estar organizado. Então, agradeço aos presidentes do PSDB da minha região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Quero fazer o registro dos vereadores do município de São Bernardino, o sr. Lair Stefan e o sr. Claudemir Garcia.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero saudar o Lair, o Claudemir e a sua esposa.

Quero registrar a presença da prefeita Ivone De Geroni, do município de Calmon, e do ex-prefeito João De Geroni, que também está na Casa. Quero parabenizá-los pelo grande evento que houve naquele município. Não pude estar presente, mas tenho as informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0026/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0015/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0440/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0528/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0563/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0116/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que dispõe sobre a criação do Selo Verde +, para os municípios que tenham na

área urbana, no mínimo, uma árvore a cada cinco habitantes.

Conta com parecer favorável das comissões Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0339/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que liga os municípios de Sul Brasil e Jardinópolis e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0039/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui o Dia Estadual de Debates sobre o Bem-Estar da Mulher.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0108/2014, de autoria da deputada Angela Albino; 0109/2014, 0110/2014, 0111/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; 0112/2014, 0118/2014, 0119/2014, 0120/2014 e 0121/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0113/2014 e 0114/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0115/2014 e 0116/2014, de autoria de Renato Hinnig; 0117/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0122/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0181/2014, 0182/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0184/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0018/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao deputado federal Edinho Bez, manifestando contrariedade ao Projeto de Lei n. 5965/2013, e solicita a retirada de tramitação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Drevek - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Eu gostaria de saber do que se trata esse Projeto de Lei n. 5965/2013, que pede a retirada. Se v.exa. permitir a retirada desse projeto e reapresentasse com a presença da autora, poderíamos ter conhecimento do que se trata a matéria, e eu ficaria agradecido, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado, estou com a moção em mãos e posso tirar essa dúvida.

O deputado Edinho Bez, no seu projeto de lei, inclui o vinho na composição da cesta básica nacional. A deputada Luciane Carminatti entende que o levantamento da Organização Panamericana de Saúde revelou que o Brasil está entre os países de

continente americano com maiores taxas de mortalidade causada pelo álcool; que no Brasil, 84% das mortes associadas ao álcool ocorrem entre indivíduos do sexo masculino, entre 40 e 49 anos, e que o alto consumo de álcool pode causar danos ao cérebro. O grupo Alcoólicos Anônimos, que chegou no Brasil em 1948 e não acha interessante isso. Então, segundo a moção da deputada, há manifestações contrárias à sociedade que se preocupa com o problema do vício e requer o encaminhamento da moção ao presidente e pede a retirada do Projeto de Lei que inclui o vinho na composição da cesta básica nacional.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, o vinho se for bebido moderadamente é recomendado pela medicina. Então, vou votar favorável. Obviamente, que quem for beber em excesso vai fazer efeito nocivo à saúde, mas se for bebido moderadamente o vinho tinto, ele não é considerado nocivo à saúde, portanto, meu voto é contrário à manifestação da deputada.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Silvo Dreveck.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sou favorável ao vinho e o caracterizo como um alimento. Evidentemente, tudo aquilo que é em excesso faz mal, agora bebendo racionalmente é bem-vindo.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Quero me posicionar contrário a essa proposição pelas razões que v.exa. acabou de ler. Incluindo o vinho na cesta básica, atenderemos um pedido há muito tempo clamado por produtores de vinho, especialmente aqui do estado de Santa Catarina,

porque teremos a baixa do imposto sobre o vinho, tornando-o mais competitivo.

Hoje sofremos uma concorrência muito forte da própria América Latina, do Mercosul que traz aqui vinhos de excelente qualidade com preço muito abaixo do custo da nossa produção. E como é sabido em diversos países do mundo o vinho é considerado um alimento e não entra na taxaçaõ das bebidas alcoólicas, bebidas quentes como se pode dizer, que tem alta elevação e é um dos itens da base arrecadatória do estado.

Então, quero registrar essa minha posição contrária a essa proposição.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri soares.

O SR. DPEUTADO SARGETNO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não queria entrar no mérito, mas é evidente que as pequenas cervejarias do estado de Santa Catarina poderiam também fazer um projeto de lei no Congresso Nacional para a que cerveja entrasse na cesta básica do povo brasileiro, porque estamos discutindo um projeto do Congresso Nacional.

E talvez as pessoas de Luiz Alves, aonde muitos de nós vamos pedir alguns votos, podem pedir para um deputado federal de Santa Catarina ou senador propor um projeto de lei lá no Congresso Nacional para que a purinha faça parte da cesta básica.

Estou falando isso apenas para refletir, não estou entrando no mérito, agora, neste momento. No entanto, inclusive pela ausência da deputada Luciane Carminatti, que foi a primeira manifestação do deputado Silvio Dreveck, que esta moção possa apreciada em outro momento na presença da deputada.

Porém, além desta questão da ausência, visivelmente não temos quórum neste momento, de forma que se formos votá-la, não teremos a possibilidade de deliberar, estaria derrotada a

proposta ou aprovada a moção sem o quórum necessário, de forma que o meu encaminhamento e agora sendo objetivo, peço que a discussão e a votação desta moção seja transferida para, hoje, à tarde, quando teremos mais quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Percebo que lá na sala de imprensa está reunida a bancada feminina, com certeza tratando de algum assunto relacionado à referida bancada e, também, retiro de votação a Moção n. 0018/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti. E por falta de quórum não teremos mais votações na manhã de hoje.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência, muito respeitosa e carinhosamente, dá boas-vindas aos alunos da Escola de Educação Básica Paulo Zimmermann, de Rio do Sul. Sejam bem-vindos os alunos e os professores que estão acompanhando esta caravana de jovens. O futuro de vocês depende disso e daqui a pouco serão vocês que estarão aqui também.

Também registramos a presença do prefeito do município de Major Vieira, sr. Israel Kiem, que está aqui na Casa.

Seja bem-vindo!

Inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, presentes na manhã de hoje nesta terça-feira, especialmente esses jovens estudantes de Rio do Sul.

Ficamos aqui pensando quando v.exa. citava a presença desses jovens estudantes de Rio do Sul, que há quase 30 anos tínhamos praticamente aquela idade e estudávamos, circulávamos naquela cidade, a maior, chamada capital do alto vale do Itajaí, que é uma cidade grande para nós que nascemos no interior da cidade de Imbuia.

Quero voltar aqui ao debate sobre a Ponte Hercílio Luz, discutir a embromação histórica sobre a recuperação da referida ponte e refletir sobre as últimas notícias divulgadas pela imprensa a respeito de fatos produzidos por manifestações de entidades da sociedade civil, como a Fiesc, e de autoridades do governo.

A Fiesc chamou os responsáveis tanto do governo quanto da empresa Espaço Aberto, na verdade, para dar uma pressionada, pois a referida federação tem-se manifestado de forma positiva e forte em relação aos atrasos de obras no estado de Santa Catarina, tanto obras federais quanto estaduais. E quando a Fiesc chama todo mundo corre, mas quando um deputado de Oposição fala, no caso, este deputado, sobre um assunto, parece que não aconteceu nada. Mas a Fiesc fala e todo mundo corre para dar explicações. O que é bom e tomara que a Fiesc continue dando essas pressionadas para que o estado possa andar melhor, já que o estado obedece de forma bastante, vamos dizer assim, solícita, o setor empresarial e, em geral, a Fiesc, em particular.

A imprensa, especialmente o *Diário Catarinense*, tem divulgado também a lista, a relação de obras atrasadas aqui em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, contratadas pela empresa Espaço Aberto. Aliás, o próprio nome da empresa já é uma mentira, porque a maior parte das obras contratadas pela referida empresa não conseguem deixar o espaço aberto, o espaço é fechado onde a empresa trabalha. Isso vale lá para a SC-403, norte da ilha, região dos Ingleses, como para a Ponte Hercílio Luz e tantas outras obras aqui no estado e em outros também.

Um debate que gostaria de trazer para cá também é a discussão a respeito do por que as obras atrasam? Sobre as justificativas permanentes das autoridades, que agora querem colocar a culpa na Lei n. 8.666, que regula todas essas questões. As autoridades dizem que a lei é muito flexível e permite que empresas que estão com obras em atraso continuem participando de licitações para contratar outras obras. E queria trazer, até para

contrapor esse ponto de vista, a manifestação ou parte da manifestação do advogado Felipe Cesar Lapa Boselli, que é o presidente da comissão de Licitações e Contratos da OAB - SC. Ele deu uma longa entrevista, assim como autoridades estaduais do governo do estado também deram, e queria apenas ler a resposta de duas perguntas.

(Passa a ler.)

"DC - A lei vigente é de 1993. Precisaria ser revista?

Boselli - A lei atual não permite atrasos. O atraso acontece porque a lei não é cumprida. O cronograma de execução não é seguido nem fiscalizado. O aditivo de contrato tem que ser justificado e dizer por que o valor aumentou, tem que estar muito bem explicado porque a obra foi parada. Muitas vezes temos casos de uma simples chuva ser usada como justificativa ou o fornecedor que não entregou o material. Se a empresa contratada escolheu mal o fornecedor é problema dela. Se a administração aumenta o prazo e dá mais dinheiro com estes argumentos ela está sendo conivente com o atraso, pois quem autoriza é o contratante, portanto, ou a administração foi corrupta ou, no mínimo, incompetente na fiscalização."

O representante da OAB diz que neste caso ou a administração foi corrupta ou incompetente na fiscalização.

(Continua lendo)

DC - "Há propostas de reforma da Lei 8.666? OAB.

Boselli - A lei de licitações vem sendo discutida, além de outros projetos. Recentemente tivemos a criação do Regime Diferenciado de Contratação - RDC -, que foi criado para a copa, mas foi ampliado para a saúde, construção de presídios e outros setores.

Em Santa Catarina, foi usado bastante para colocar em prática o Pacto por Santa Catarina. Mas é preciso deixar claro que os atrasos não são culpa da lei, e se não mudar esta prática não adianta mudar a lei."

Qual a prática será, da qual o representante da OAB, doutor Felipe Cesar Lapa Boselli, está falando? Qual a prática que ele se refere que precisa mudar? Porque evidentemente não faltam leis neste país, o que falta é o cumprimento rigoroso das leis por parte das autoridades.

Tivemos também na última sexta-feira, sobre a repercussão desta reunião da Fiesc, uma matéria no *Diário Catarinense* de que o governo e a empresa Espaço Aberto dizem agora que até dezembro deste ano, 2014, a Ponte Hercílio Luz será reaberta, inclusive para transporte de veículos. Faz 30 anos que as pessoas não conseguem passar caminhando ou de bicicleta, mas agora vão abrir para carro.

Eu quero ler apenas a introdução desta matéria, porque ela, inclusive, interessa a nós, deputados estaduais.

Matéria do jornal *Diário Catarinense*, sexta-feira, 21 de março, página 34.

(Passa a ler.)

"A segurança da obra de recuperação da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis foi um item em debate ontem à tarde na Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc -; outro assunto foi o cronograma que a partir de agora terá o acompanhamento mensal por parte da Fiesc e da Assembleia Legislativa.

Olha, eu não sei se esta Casa se manifestou neste sentido, e também não sei se o governo do estado ou a empresa Espaço Aberto oficializou o convite para que a Assembleia participe desse acompanhamento mensal. Desconfio que não, e que esta notícia que, aliás, no corpo da matéria não volta a falar deste assunto, seja um factóide criado, talvez, inclusive, para nos transferir parte da responsabilidade.

Mas quero dizer também que esta Assembleia, independentemente do convite e da oficialização ou não, tem o dever constitucional de fiscalizar a ação ou as ações do Poder Executivo Estadual. E esta Assembleia pode e deve buscar saber o que acontece com esta embromação histórica da recuperação da Ponte Hercílio Luz, inclusive para onde, exatamente, foram os recursos já gastos ao

longo de décadas para a suposta recuperação da Ponte Hercílio Luz. Por isso, reiteramos a importância da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e convidamos todos os parlamentares a participarem dela e a assinarem, pois é um assunto de interesse da sociedade catarinense. A CPI pode ser criada e a Assembleia legislativa tem a obrigação constitucional, sim, de fiscalizar mês a mês ou semana a semana as obras.

Então, a Assembleia Legislativa tendo a CPI ou não tendo e nós advogamos para que haja, sim, a obrigação constitucional de fiscalizar e de acompanhar, independentemente de formalização ou não de convite. Não pode ser apenas um factóide, uma notícia para dar a impressão à sociedade de que a coisa agora vai, pois como já falei semana passada, faz muito tempo e sempre no ano da eleição o governo da hora diz que agora vai, que até o final do ano em curso a ponte será reaberta.

Faz 25 anos que isso não acontece, então continuo advogando pela CPI e pelo acompanhamento dos trabalhos de recuperação da Ponte Hercílio Luz.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.